



MAPEAMENTO E PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS AGRESSORES E DAS MULHERES QUE PROCURAM A DELEGACIA ESPECIALIZADA EM ATENDIMENTO À MULHER VITÓRIA (ES). 2003 – 2005

Maria Beatriz Nader¹

Assim como em todo o Brasil, em Vitória, capital do estado do Espírito Santo, a cultura de dominação masculina que prevaleceu em alguns redutos familiares, desde os tempos do Brasil Colonial, até hoje ainda se mantém. E, pela intensidade do machismo em que se pauta a cultura dos italianos, alemães e árabes, imigrantes que chegaram, em grande número, ao Espírito Santo, na virada do século XIX para o XX, na sociedade vitoriense ainda hoje se percebe nitidamente resquícios da representação social dos valores hierarquizados fundados na desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam a mulher, descendente ou não daqueles povos. E mais, com a chegada dos migrantes nos anos de 1970, 1980 e 1990, a maioria vindo do interior trazendo sua cultura rural também hierarquizada sexualmente, a miscigenação exacerbou a violência contra a mulher.

Desde os anos de 1970 a mídia capixaba destaca essa violência que se agravou em todos os segmentos da sociedade vitoriense naqueles anos. Os crimes contra mulheres de todas as etnias, classes sociais, profissões e idades, geraram enorme insegurança na cidade. Parece que de repente surgiram de todos os lados casos de violência contra a mulher e repercutiram até fora do Brasil. Em 1973, a menina Araceli Crespo, com nove anos incompletos, teve seu corpo barbaramente seviciado e desfigurado com ácido. Em meados dos anos de 1980, a dentista Ana Angélica Freitas Ferreira, de 22 anos, foi brutalmente assassinada em seu consultório. Em 1992, aos 31 anos de idade, Maria Cândida Teixeira, foi assassinada na porta de sua casa pelo marido Herbert. Uma ação que transgredisse as normas de comportamento social, tal como a mulher terminar um namoro ou casamento, poderia ser motivo de injúria e renderia um homicídio. No início dos anos de 1990, Gabriela Souza, uma jovem que quis terminar o namoro com um empresário, foi jogada da janela de um edifício no centro da cidade. Maria Antonia, ao dizer ao seu marido que queria a separação foi estrangulada nas dependências da escola municipal em que ele trabalhava e seu corpo esquartejado e jogado no lixo. A maioria desses casos continua até hoje insolúvel.

Os jornais da cidade diariamente traziam reportagens sobre a violência contra as mulheres que, indignadas, também protestavam contra a impunidade dos agressores. Em todo o país, todos os

¹ Professora do Programa de pós-graduação Mestrado em História Social das Relações Políticas - PPGHIS/UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES. marxis@terra.com.br .



meios de comunicação abundam de publicações que discutem o tema e propõem formas de combate a esse tipo de violência, que parece ter um conceito novo, pois, apesar de não se ignorar as práticas que existiram em todos os tempos, um novo sentimento em relação a elas tomou fôlego. As denúncias e reivindicações políticas e sociais passaram a ser o centro de entidades de cunho feministas que se formaram em todo o Brasil, com o objetivo de combater a violência contra a mulher e a orientar as vítimas. Centenas de mulheres se engajaram na política de busca de mecanismos para coibir o uso costumeiro da violência de gênero. Os movimentos feministas que até então se dedicavam somente a denunciar atitudes agressivas contra a mulher, iniciaram um trabalho que objetivava mudanças legislativas e criação de serviços para atendimento às mulheres vítimas da violência de gênero.

Dentre as mudanças destaca-se a criação da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), em 1985, cujo objetivo principal voltava-se para uma política social direcionada à mulher vítima de violência, seja doméstica, pública, de gênero ou não, e à punibilidade do agressor, independente de conscientização feminista de planejar ou colocar em prática projetos que buscassem interferir nas condições estruturais das desigualdades entre o homem e a mulher.

No mesmo ano da implantação da primeira DEAM no Brasil, instalada na cidade de São Paulo, em 06 de agosto de 1985, no Espírito Santo, o Centro da Integração da Mulher (CIM) capixaba, encaminhou solicitação ao governador desse Estado para que fosse criada também no Estado uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher vítima de violência. Pelo decreto nº. 2.170, de 24 de outubro de 1985, o governador, criou a DEAM-ES, incluindo-a à estrutura organizacional da Polícia Civil, órgão ligado diretamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, vinculando sua direção ao gabinete do Superintendente da Polícia Judiciária. No período de 1985 a 1990, várias DEAMs foram criadas no interior do Espírito Santo.

Pioneira no Estado, a DEAM-ES, passou a ser conhecida como DEAM/Vitória, e assim como outras delegacias do país, até hoje registra as denúncias de mulheres que sofrem violência, doméstica ou não, em um documento emitido pela polícia, o Boletim de Ocorrência (BO), que é produzido a partir de dados relatados pela vítima ou por outra (o) denunciante sobre um acontecimento público ou privado que exija intervenção policial. Nele fica registrado o relato das circunstâncias do fato, dados da vítima e do agressor, assim como das testemunhas.

Até o ano de 2002 a DEAM Vitória funcionava fisicamente em uma sala da Superintendência da Polícia Civil do Espírito Santo, não dispoñdo de espaço no mínimo razoável para seu funcionamento administrativo, além de inibir e dificultar o acesso das mulheres vítimas de



agressão às dependências da DEAM. Ainda nesse ano, o Governo do Estado adquiriu uma casa próxima àquela Superintendência e aí instalou a DEAM/Vitória. Apesar de adquirir certa independência física, a nova instalação da DEAM/Vitória não mantém espaço para arquivar toda sua documentação e esta, desde a criação da DEAM/Vitória até o dia 31 de dezembro de 2002, teve de ser deixada aos cuidados do Arquivo Morto da Superintendência de Polícia Civil. Em decorrência desse fato o recorte temporal escolhido para o presente trabalho foi o período que compreende os anos de 2003, 2004 e 2005, ou seja, os anos iniciais da DEAM/Vitória no novo endereço.

Sobre a pesquisa

O presente trabalho incide sobre o estudo da violência contra a mulher em Vitória, tendo os BOs da DEAM/Vitória como fonte de pesquisa capaz de gerar informações estatísticas para dimensionar, caracterizar e conhecer a prevalência da violência contra a mulher na cidade. Por Vitória ser uma cidade considerada uma das mais violentas do país, a proposta de pesquisa foi mapear a violência contra a mulher, tomando como referência os locais da ocorrência dos fatos, o perfil da vítima e do agressor (idade, cor, escolaridade, profissão, estado civil), além de observar o grau de relacionamento de ambos. Durante todo o ano de 2009 e o primeiro semestre de 2010, com autorização da Dra. Cláudia Dematté Freitas Coutinho, foi possível ter acesso somente aos BOs que estão arquivados na DEAM/Vitória, e deles extrair dados sobre os fatos, e informações sócio-demográficas sobre as vítimas e os agressores.

Durante o período do levantamento de dados, os registros nos BOs foram feitos manualmente e, como não se dispõe de computadores para as informações, foi elaborado um formulário para que nele se anotasse manualmente as informações contidas nos BOs. O projeto original previa que a organização dos dados coletados seria feita em um banco de dados estruturado no programa de *Software Stata*. Contudo, observado que o *Stata*, apesar de rápido para relatórios estatísticos e mais simples no cruzamento de números, peca na questão de se detalhar mais os campos, pois as informações a serem digitadas tem de ser convertidas em números. Nesse caso, perde-se informações preciosas, principalmente, no campo em que se pontua o relato da vítima, essencial para se entender melhor os casos descritos nos formulários. Por isso, após a coleta de informações, optou-se pelo *Microsoft Access* que, embora inicialmente mais complexo na questão do cruzamento dos dados, permite o preenchimento muito mais completo dos quadros, os tornando fidedignos aos formulários preenchidos manualmente. Assim, foi programado um banco de dados



neste programa à semelhança dos formulários. O *Microsoft Access*, embora pareça um pouco mais complexo que o *Stata*, permite consultas e cruzamento de dados, de igual qualidade ao programa supracitado. Além disto, o trabalho em conjunto é facilitado pelo *Access*, pois a importação e exportação de dados torna mais simples o trabalho em equipe. Após testado, esse programa se mostrou eficaz para o que se pretende obter como resultado, ou seja, a confecção de um mapa da violência contra a mulher em Vitória, que privilegie bairros, horários da ocorrência, características das pessoas envolvidas no processo, e um estudo sócio-demográfico da vítima e do agressor.

Resultados

Vitória é uma cidade 100% urbanizada. Está dividida em sete regiões e possui 86 bairros. Em 2000, possuía 292.304 habitantes, dos quais 154.366 eram mulheres, ou seja, 52,81%. Localiza-se em uma ilha e é rodeada de municípios que compõem sua região metropolitana. Tem somente uma DEAM e esta contabilizou no período de 2003, 2004 e 2005, 4.367 denúncias de violência contra a mulher. (Quadro 1)

QUADRO 1 - Boletins de ocorrência registrados na DEAM/Vitória. 2003, 2004 e 2005

Ano \ Mês	2003	2004	2005
Janeiro	147	124	163
Fevereiro	143	85	74
Março	116	167	123
Abril	112	125	119
Maio	93	153	118
Junho	121	119	117
Julho	105	115	74
Agosto	104	125	156
Setembro	131	131	114
Outubro	125	111	118
Novembro	203	128	105
Dezembro	71	128	104
Total	1471	1511	1385

Fonte: Boletins de Ocorrência de DEAM/Vitória.

As informações obtidas foram extraídas dos BOs daquela DEAM, principal fonte de dados da presente pesquisa. Contudo, deve-se, levar em conta que o somatório da numeração registrada



nos BOs é de 4.525, ou seja, o último BO registrado no ano de 2003 tem o número 1.525, o último do ano de 2004 tem o número 1.525 e o último de 2005 tem o número 1.400. Essa diferença ocorre porque muitos BOs não tem número e outros tem número repetido.

Deve-se considerar também que a qualidade do preenchimento dos BOs, pois em muitos há espaços onde não constam informações como idade, profissão, nível de escolaridade, estado civil e outros dados importantes, tanto do agressor quanto da vítima. Isso equivaleu à redução da quantidade de alguns desses dados, o que dificulta quando do cruzamento dos mesmos. Contudo, a dimensão total quantitativa das informações obtidas permitiu que fossem feitos vários cruzamentos de dados cuja finalidade é mapear a violência contra a mulher em Vitória, assim como identificar o perfil da vítima e do agressor.

Para determinar a classificação científica das características do fato juntou-se todas as informações contidas nos BOs que pudessem revelar a natureza da ocorrência que indica o tipo de violência que levou a mulher a fazer a denúncia. Dentre os aproximadamente 80 tipos diferentes de referências encontradas no primeiro semestre de 2003, destacam-se a agressão com lesão corporal (249) e a ameaça (197). Esta última, se acrescida de agressão, constrangimento, injúria e perseguição, aumenta para 241.

Assim, confirma-se que agressão física é o tipo de violência que mais aparece nas denúncias. E, em Vitória, no período pesquisado, as mulheres que mais sofreram esse tipo de violência foram aquelas que residiam nos bairros que compõem a Região IV da cidade, onde ficam os bairros de Andorinhas, Penha, Bonfim, Itararé, Joana D'Darc, Maruípe, Santa Cecília, Santa Marta, Santos Dumont, São Benedito, São Cristóvão e Tabuazeiro.

Seguindo de perto, estavam as mulheres que residiam nos bairros das Regiões V e VI, cuja população é a que possui o maior poder aquisitivo da cidade. O número de mulheres que residiam nesses bairros, de todo o período pesquisado, era das que mais apareceram nos BOs como tendo o maior nível de escolaridade, assim como seus agressores. Os bairros Jardim Camburi e Jardim da Penha são os locais da Região VI onde havia o maior número de violência contra a mulher, e as mulheres que ali foram agredidas tinha entre 22 e 25 anos de idade.

Também residiam nesses bairros mulheres casadas que sofreram violência contra o seu patrimônio e denunciaram seus ex-maridos. Além dessas, outras mulheres também sofreram esse tipo de violência e eram moradoras dos bairros Bela Vista, Maruípe, São Pedro III, Jardim da Penha, Resistência e Santo Antônio. Todas foram classificadas como sendo de cor parda. Além



disso, a maioria dos agressores que moravam em São Pedro III e Santo Antônio estava desempregada.

Em relação à profissão das vítimas, observou-se que nos Bairros Jardim Camburi e São Pedro, o maior número delas se classificou como sendo ‘do lar’, ou seja, em um dos bairros de maior poder aquisitivo e em um daqueles onde se situa a população mais pobre da cidade, as mulheres ainda tinham em comum a dependência econômica de seus maridos, companheiros e agressores. Além de comporem os grupos de mulheres com maior e menor nível de escolaridade, ou seja, em Jardim Camburi a maioria das mulheres que sofreram violência tinha curso superior e a maioria das mulheres que sofreram violência no Bairro de São Pedro eram analfabetas.

Mas, não foram somente essas mulheres classificadas como sendo ‘do lar’. Nos BOs, no campo em que se registra a profissão da vítima a maioria das mulheres foi classificada como sendo ‘do lar’ e ‘doméstica’ (18,4%). Mas, o que mais chama atenção é que também a maioria delas era solteira e tinham curso superior completo. Tomando esses dados sob outro ângulo, observou-se que 23,7% das mulheres que sofreram violência moravam ou namoravam com seus algozes. Para completar essas as informações foram coletados dados que mostram que as mulheres que mais sofreram violência estavam na faixa etária de 26 a 30 anos (19,9%), eram pardas (42,2%) e nasceram em Vitória (37,1%).

Por seu turno, os agressores era a maioria dentre os denunciados (79,9%) e dentre eles, 18,1% eram casados, 1,9% tinham curso superior, 3,14% estavam desempregados na época em que ocorreu o fato e 42,2% eram de cor parda. Chama atenção o fato de 2,4%, no quadro profissão, terem sido classificados como “do lar”. Em se tratando de homens, que foram assim classificados, fica a interrogação se isso denota que eles cuidavam apenas dos afazeres de sua própria casa, ou simplesmente trabalhavam em casa de família, como domésticos.

Segundo Madeira e Singer,² as mulheres, quando tem profissão de domésticas, desempenham atividades femininas tradicionais, como a prestação de serviços pessoais aos membros de sua própria família ou aos de uma outra. Para os autores, doméstica, nos anos de 1970, era considerada pela sociedade como membro inferior na escala de produção do país e tinha uma situação social duplamente falsa: primeiro, porque desenvolvia um trabalho que não promovia a emancipação da mulher, segundo, porque se situava à margem da divisão social do trabalho. Agora, em se tratando de homem, quando o trabalho doméstico passou a expressar a noção do processo de alienação feminina e de sujeição da mulher ao homem, esse quadro é modificado. Segundo

² MADEIRA, Felícia R.; SINGER, Paul I. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Caderno CEBRAP*, São Paulo, n. 13, 1975.



Bruschini³, a atividades desenvolvidas por homens e mulheres no mercado de trabalho tem a marca do gênero e, como após os anos de 1990, o conceito de trabalho foi alargado, os homens passaram a ocupar os espaços tidos como femininos. Contudo, nesses espaços, principalmente no que se refere às atividades domésticas, há uma relativa expansão da presença masculina.

Considerações finais.

A mulher, seja criança, adulta ou idosa, é o membro da sociedade que vive em situação de maior vulnerabilidade e, na maioria dos casos, pela sua situação física, psíquica e de muitas vezes de dependência financeira, tem pouca ou nenhuma capacidade de defesa e de resistência, o que potencializa a violência contra si praticada. Além do que, a violência contra a mulher guarda estreita ligação com o poder que permeia as relações de gênero.

Em suas tendências históricas, a problemática da violência é condizente com a natureza do social, e as culturas nas quais os homens se inseriram lhe ensinaram que a norma é dominar e obrigatoriamente não perder oportunidades e acreditar que sempre, ou quase sempre, devem ter seus desejos satisfeitos. Assim, os valores culturais que intervêm e determinam os padrões morais de cada sexo, de certa forma fazem prevalecer o poder dos homens mais fortes sobre outros e entre eles esse fenômeno aparece nas rixas que geram cadeias insolúveis de vinganças, armada ou não.

Quanto à violência praticada pela mulher ou contra ela, observa-se seu enquadramento mais bem representado na violência estrutural, propiciada pela desigualdade de direito, que pode ser protagonizado pelo membro de uma determinada sociedade, do mesmo sexo ou não, e pela violência tipificada como cultural que envolve as relações entre homens e mulheres e tem características de desigualdade de gênero.

Muito embora haja o enquadramento da mulher como vítima ou como algoz nas tipificações das violências estrutural e cultural, a violência que se comete contra uma mulher ou contra um homem tem características diferentes. Para o entendimento da complexidade da violência contra a mulher é de fundamental importância o conhecimento do conceito de gênero e sua ligação direta com a percepção das diferenças entre os sexos como sendo importante demarcador de poder. Se o conceito de gênero é a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica de seres humanos, a violência contra a mulher se refere a qualquer ato de violência que tenha por base o gênero, ou seja, no fato de a vítima ser mulher.

³ - BRUSCHINI, Cristina. Mudanças e persistência no trabalho feminino (Brasil, 1985 a 1995). In. SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 29-55.



Assim, dentre os resultados apresentados neste artigo, a confecção de um mapa da violência contra a mulher em Vitória, que privilegie bairros, características das pessoas envolvidas no processo e um estudo sócio-demográfico da vítima e do agressor, ainda tem muito a ser feito. Os resultados do mapeamento e do estudo sócio-demográfico propostos como fim da pesquisa, que ora é apresentada de forma bastante reduzida, fornecerão novos dados sobre a violência contra a mulher capixaba, contribuindo para que essa violência torne-se cada vez mais visível, criando que novas ações que possam fomentar uma consciência crítica na comunidade capixaba.

Referências

- ARDAILLON, D. e DEBERT, G.G., *Quando a vítima é mulher*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)/CEDAC. 1987.
- BILICH, Jeanne e RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. *Amylton de Almeida: o “guerreiro pelos ideais” pela liberdade, democracia e cidadania (1980-1989)*. Revista Agora, Vitória, nº2, 2005, p. 1-32.
- BRUSCHINI, Cristina. Mudanças e persistência no trabalho feminino (Brasil, 1985 a 1995). In. SAMARA, Eni de Mesquita. (org.) *Trabalho feminino e cidadania*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 29-55.
- CORREA, M. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do Sistema Judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: USP/ FAPESP, 1998.
- MADEIRA, Felícia R.; SINGER, Paul I. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Caderno CEBRAP*, São Paulo, n. 13, 1975.
- NADER, Maria Beatriz & FRANCO, Sebastião Pimentel & SILVA, Gilvan Ventura da (orgs). *História, mulher e poder*. Vitória: EDUFES, 2006. 235-252.
- NADER, Maria Beatriz & LIMA, Lana Lage da Gama (orgs.) Família, Mulher e Violência. *Revista Rumos da História*, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em História Social das Relações Políticas, Vitória, Número 8, 2007.